

RELAÇÃO ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO ESTADO DO PARANÁ: O COMITÊ ESTADUAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Katia Aparecida Seganfredo¹

RESUMO

Trazemos nesse texto a relação entre sociedade civil organizada e governo na discussão da educação do campo no estado do paraná e abordamos o Comitê estadual da educa o do campo como materializa o da luta política na esfera da educa o do campo no estado do Paraná. Consta-se que a partir da luta coletiva advinda da sociedade civil organizada   possível construir experiências significativas no âmbito educacional. Considerando-se a complexidade do estado capitalista, essas experiências são expressivas enquanto estratégias contra hegem nicas na luta de classes. O tema resulta de pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto observatório d educa o e vinculado a tese de doutorado em educa o realizada pela autora no período de 2010 a 2014.

Palavras-chave: Educa o. Educa o do campo. Luta política.

INTRODU O

Este texto apresenta resultados da pesquisa realizada pela autora no período de 2010 a 2014 durante o desenvolvimento da Tese de Doutorado em Educa o no Programa de Pós-Gradua o da Universidade TUIUTI do Paraná, intitulada *Comitê estadual da educa o do campo: a materializa o da luta política no âmbito da educa o do campo no Paraná*, que teve como objetivo analisar a rela o entre governo e sociedade civil organizada no âmbito da educa o do campo naquele estado.

A pesquisa supracitada somou-se aos estudos e pesquisas desenvolvidas pelo coletivo de pesquisadores vinculados ao projeto Observatório da Educa o/Edital 038/2010² no qual a autora colaborou como bolsista da pós-gradua o.

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul. Doutorado em Educa o. Katia.seganfredo@uffs.edu.br
² O projeto intitulou-se "A realidade das escolas do campo na Região Sul do Brasil: diagnóstico e interven o Pedagógica com ênfase na Alfabetiza o, Letramento e Forma o de Professores". Foi financiado pela Coordena o de Aperfei amento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), desenvolvido pelas universidades: UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), UFPel (Universidade Federal de Pelotas) e UTP (Universidade Tuiuti do Paraná) em caráter de núcleo em rede.

Abordamos nesse texto o Movimento da educação do campo no estado do Paraná evidenciando a relação de forças entre sociedade civil organizada e governo, que deu origem ao Comitê Estadual da Educação do campo, expressão do embate político e da correlação de forças entre diferentes classes sociais.

Os princípios da Educação do Campo tomam como ponto de partida a prática social dos sujeitos que vivem e trabalham no campo problematizando sua histórica exclusão. No Estado do Paraná, a partir da correlação de forças existente na sociedade de classes, o Movimento da Educação do Campo, em um determinado momento histórico, inseriu suas demandas no âmbito político através da luta coletiva.

Nesse sentido, a mobilização da sociedade civil organizada no Paraná e a parceria com a gestão governamental no período entre 2002 a 2010 resultam em diversos decretos no âmbito da Educação do Campo, especialmente quanto à organização do trabalho pedagógico nas escolas localizadas no campo e as conferências estaduais que apresentam diagnósticos e demandas nunca antes debatidas acerca da Educação do Campo.

Demandas que trazem a tona a negação histórica da realidade da população rural brasileira e, conseqüentemente, a negação e a exclusão da dinâmica social, econômica e cultural dos habitantes do campo. Nessa perspectiva, Fernandes (2008, p. 41) afirma que, no Brasil, os territórios do campesinato e do agronegócio são organizados de forma distinta a partir de diferentes relações sociais:

[...] enquanto o agronegócio constitui seu território para a produção de mercadorias, os camponeses organizam seu espaço essencialmente para sua existência, o que significa compreender o território camponês como uma totalidade, de modo que o seu desenvolvimento não venha a destruir a sua estrutura e outra concepção é do capitalismo agrário, que vê o território camponês como uma possibilidade de transformação em território do capital e, portanto, a educação possui sentidos distintos para o agronegócio e para os camponeses. Pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana. O conceito de campo como espaço de vida

é multidimensional e nos possibilita leituras e políticas mais amplas do que o conceito de campo ou de rural somente como espaço de produção de mercadoria. (FERNANDES, 2003, p. 141)

De acordo com Rummert (2014, p. 70), a baixa escolaridade da classe trabalhadora é inerente ao modo de produção capitalista, tal como se configura, por exemplo, no caso do Brasil, que ocupa lugar subalterno no cenário do capital/imperialismo. Ou seja, a baixa escolaridade faz parte da estrutura socioeconômica e cultural do capitalismo tal como se configura no caso brasileiro.

Nessa perspectiva, as ações do Estado por meio da escola visam à manutenção, a ampliação e sustentação do sistema de produção, mediante mecanismos de dominação sociocultural, fazem prevalecer a estrutura social desigual, perpetuando a dependência econômica e social e da formação escolar mínima aos sujeitos do campo.

A precariedade da estrutura física da escola localizada no campo, com precários equipamentos e materiais didáticos, a predominância no currículo dos conhecimentos e valores urbanos, cria uma dissociação entre a escola e a realidade do campo, inviabilizando a afirmação da identidade socioterritorial.

Tais condições reforçam o imaginário social descrito de que a população rural não precisa ter uma formação para desempenhar o trabalho na terra e ratificam a colocação de Munarim (2008), ao citar que, historicamente, a educação oficial rural, quando não relegada, tem sido usada como instrumento de subordinação estrutural dos povos que vivem no campo.

Sobre a desigualdade social na escola do campo, Arroyo (2006) expõe que:

A escola não traz apenas as marcas das desigualdades de renda. A escola do campo traz as marcas fundamentalmente dos sujeitos marcados pelas diferenças convertidas em desigualdades. Essa vergonha da desigualdade baseada nas diferenças sociais raciais, étnicas, do campo acompanha toda nossa história da construção da escola do campo. Sabemos que a modernidade não alterou as desigualdades, mas aprofundou-as e está aprofundando-as. (ARROYO, 2006, p. 104)

Inúmeras pesquisas apontam que a trajetória escolar dos estudantes que moram no campo é caracterizada pelo ingresso tardio na escola, frequentes interrupções de estudos e as conseqüentes reprovações, causas da elevada defasagem idade/série desses estudantes. Tais características também decorrem do fechamento de escolas, ausência de oferta escolar especialmente no ensino médio, ausência de transporte escolar e transporte escolar precário, longos trechos percorridos a pé para chegar até a escola e longos trechos percorridos no transporte escolar.

Diante de tantas demandas, Caldart (2009, p. 74) cita dois grandes desafios postos à Educação do Campo, sendo estes de caráter político, teórico e prático. O primeiro deles é o desafio de intensificar-se a pressão por políticas públicas que garantam o acesso cada vez mais ampliado dos camponeses, do conjunto dos trabalhadores do campo, à educação. O segundo é o processo formativo de base dos trabalhadores, politizando a luta por direitos e fortalecendo a luta na construção de outra perspectiva de desenvolvimento social. Assim, a Educação do Campo precisa fortalecer a sua radicalidade, o vínculo orgânico enquanto crítica, enquanto práticas e enquanto disputa política com as lutas de resistência dos trabalhadores do campo e a construção de um projeto de agricultura camponesa.

Nesse sentido, a Educação do Campo é a expressão da luta de classes, evidencia as relações de exploração e expropriação dos trabalhadores. Demonstra as contradições do desenvolvimento centrado na produção agrícola da monocultura, a extrema concentração de renda e de terra. Portanto, a Educação do Campo não pode ser entendida desvinculada das relações estruturais que configuram o Estado brasileiro. A Educação do Campo ao exigir igualdade de direitos, revoluciona os paradigmas e a hegemonia econômica, social e cultural historicamente instituída. Portanto, a educação do campo inexistente desvinculada da luta pela terra porque na medida em que insere os sujeitos marginalizados no processo de construção do território camponês – enquanto espaço de valorização da vida –, traz a concepção educativa de Formação Humana, no sentido de que as pessoas se formam na relação com a natureza e com a sociedade.

Dessa forma, a Educação do Campo tem nas relações vividas, o princípio educativo, toma a vida enquanto atividade humana criativa,

ou seja, a produção da existência e a formação do ser humano são inseparáveis. Não há formação da consciência fora da vivência das relações sociais de produção, e portanto, o processo educativo se constrói ao refletir as contradições.

Em sua trajetória, o Movimento da Educação do Campo, avançou na luta coletiva, contudo, a maior fragilidade ainda reside na conquista da escola pública, que necessita superar a organização hierárquica de poder e organizar-se coletivamente e junto à comunidade, ter as relações sociais vivenciadas como fundamento para repensar o currículo, seus processos de avaliação e modificar a prática pedagógica.

Ao reivindicar direitos, a Educação do Campo interroga a estrutura Estatal e, a partir da organização coletiva e consciente, tenciona modificações no interior das instâncias governamentais.

Discutimos nesse texto especialmente a educação do campo no estado do Paraná, evidenciando a relação entre sociedade civil organizada e governo, que deu origem ao Comitê Estadual da Educação do Campo, expressão da correlação de forças entre diferentes classes sociais.

Destacamos inicialmente, a importância da sociedade civil organizada na constituição de espaços públicos, significativos no processo de luta, especialmente no âmbito da Educação do Campo, na medida em que amplia-se a discussão sobre condições de trabalho e de vida dos sujeitos do campo, rompendo um processo histórico de minimização das propostas educacionais e demais políticas públicas relativas à classe trabalhadora que vive e trabalha no campo.

Os autores Maria da Gloria Gohn, Evelina Dagnino e Gramsci nos dão aporte teórico para a discussão apresentada no primeiro capítulo do texto, acerca da importância da sociedade civil organizada na conquista por direitos. Bernardo Mançano Fernandes, Gaudêncio Frigotto, Miguel Arroyo, Roseli Caldart, Antônio Munarim e Mônica Molina estruturam o debate acerca da luta pela educação do campo apresentada na sequência.

Posteriormente, analisamos a trajetória da educação do campo no estado do Paraná dando centralidade ao Comitê Estadual da Educação do Campo destacando-se a experiência coletiva dos movimentos e organizações sociais, a partir dos quais a educação do campo alcançou força política quanto à proposição de pautas, de ações e políticas públicas no estado do Paraná.

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

O conceito de sociedade civil é tratado no Brasil no final da década de 1970, quando o termo passa a ser definitivamente introduzido no vocabulário político e objeto de elaboração teórica. (GOHN, 2005, p. 70)

Segundo a autora, o cenário de redemocratização desse período estimulou o surgimento de várias práticas coletivas voltadas para a reivindicação de bens, serviços e direitos sociopolíticos. Contexto no qual se destacam os movimentos sociais populares urbanos, movimentos por terra e moradia, bem como movimentos em luta pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais como raça, gênero, sexo e meio ambiente.

A partir do ano de 1985, com a ampliação da participação e representação política, começa a se alterar o significado atribuído à sociedade civil. O foco deixa de ser no ator social do período anterior e surgem novas formas de associativismo; a luta passa a ser por políticas públicas. "O descentramento do sujeito e a emergência de uma pluralidade de atores conferem à sociedade civil o conceito de cidadania", que passa a representar "a ideia de participação civil, de responsabilidade social dos cidadãos como um todo, porque ela trata não apenas dos direitos, mas também dos deveres, homogeneiza os atores". Estes deveres envolvem a tentativa de responsabilização dos cidadãos em arenas públicas, via parcerias nas políticas sociais governamentais (GOHN, 2005, p. 74-75).

[...] a sociedade civil se amplia para se entrelaçar à sociedade política, desenvolve-se o espaço público não estatal, onde irão situar-se os conselhos, fóruns, redes e articulações entre a sociedade civil e representantes do poder público para a gestão de parcelas da coisa pública que dizem respeito ao atendimento das demandas sociais. (GOHN, 2005, p. 77)

Para a autora, a ideia básica presente nas políticas de participação popular na década de 1980 era de que o planejamento administrativo não se realiza de cima para baixo, mas era um processo de relação entre o governo e a comunidade, vista como força popular que, por meio de mecanismos de atuação política,

poderia realizar uma participação concreta no exercício do poder. A participação do povo estava atrelada às decisões do poder político (GOHN, 2003 p. 54).

A autora cita que, no decorrer dos anos de 1980, o termo participação torna-se jargão popular, apropriado por discursos políticos conservadores e referência obrigatória a todo plano, projeto ou política governamental como sinônimo de descentralização, em oposição à centralização do regime militar. Participação comunitária e participação popular cedem lugar a duas novas denominações: participação cidadã e participação social (GONH, 2003, p. 55-56).

Abordando a mesma temática, Dagnino (2002, p.10-13), defende que a redefinição da noção de cidadania a partir da década de 1980 aponta uma sociedade baseada no reconhecimento dos seus membros como sujeitos portadores de direitos, inclusive aquele de participar efetivamente na gestão da sociedade.

Ressaltamos que foi a partir da organização da sociedade civil que a prática social dos sujeitos do campo ganhou visibilidade, ampliou-se a discussão sobre o sujeito do campo e trabalho e vida no campo. Isso rompe um processo histórico que sempre colocou à margem as propostas educacionais relativas à classe trabalhadora do campo e a própria identidade desses sujeitos, e rompe ainda a lógica política de governo patrimonialista do Estado. Contudo, nesse Estado que aglutina diferentes interesses, a efetivação dos direitos se dá pela luta social, então a luta do movimento da Educação do Campo é imprescindível para a efetivação das políticas públicas voltadas aos interesses da classe trabalhadora.

Para Gohn (2007), dada a estrutura do Estado capitalista, a ocupação do espaço público pela classe trabalhadora é fundamental para o estabelecimento de uma contra hegemonia. Para a autora, o Estado seria uma somatória da sociedade civil e da sociedade política, os conflitos sociais e a luta de classe perpassam os aparelhos estatais e a conquista do espaço público dentro dos órgãos estatais é importante, assim como sua democratização. A mudança social é um processo gradual; a tomada de poder por uma nova classe deve ser precedida por um processo de transformação da sociedade civil, em seus valores e práticas, pelo desenvolvimento de uma contra hegemonia sobre a ordem dominante. (GOHN, 2007, p. 187)

Gramsci (2004, p.261) afirma que a estrutura social e as formas de reprodução do capitalismo impõem limites estruturais para as

mudanças no papel do Estado para cuja superação não é suficiente a simples ocupação das instituições por representantes dos segmentos populares. Segundo o autor “não basta mudar o pessoal para que a sua atividade seja orientada em outra direção”. Para Gramsci, na relação entre governo e sociedade civil, não há acordo. Ao contrário, esse é um espaço de luta e contradição devido às relações desiguais de poder e a disputa por projetos societários diferentes.

Nesse sentido, a experiência aqui relatada mostra que a luta coletiva a partir da Educação do Campo no Estado do Paraná constituiu uma instância importante de participação da sociedade civil, porque esses sujeitos historicamente excluídos ganham voz, contudo há fortemente o embate do Estado.

Na mesma perspectiva de Gramsci, Dagnino (2002) destaca que a relação entre sociedade civil e Estado é sempre permeada por conflitos, em virtude da característica dos projetos políticos que permeiam a relação, contudo para a autora, quanto maior a representatividade, maiores são as chances de uma partilha efetiva do poder na negociação com o Estado (DAGNINO, 2002, p. 290).

Como especificaremos a seguir, a Educação do Campo no Paraná constrói-se a partir de diversas parcerias entre Movimentos e organizações sociais do campo, Universidades e instâncias governamentais, e constituiu o Comitê Estadual da Educação do Campo em 2010, em uma conjuntura governamental de maior diálogo com a sociedade civil.

A LUTA COLETIVA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PARANÁ

Como abordamos no capítulo anterior, a partir da década de 1980, a sociedade civil demanda participação nos processos eleitorais e definição dos direitos sociais fundamentais a população.

No estado do Paraná, uma das primeiras parcerias no âmbito da educação entre governo e movimento social ocorreu no início dos anos de 1990, na gestão do governador Roberto Requião, em que foi criado o Programa Paz na Terra, com objetivo de amenizar as tensões sociais no campo. Também, devido ao alto índice de analfabetismo nos assentamentos rurais no Estado do Paraná, a gestão governamental no período de 1992 a 1994 implementou o Programa Especial Gente da Terra, que atendeu especialmente a população das áreas indígenas, dos assentamentos, e aos

assalariados rurais, no nível de ensino fundamental e alfabetização de adultos. (PARANÁ, 2005, p. 19).

No final da década de 1990, o governo paranaense, a UFPR, a UEPG e a UEM, juntamente com o MST, implementaram projetos em parceria, vinculados ao PRONERA.

Refletindo as mobilizações e lutas sociais em todo país, em julho de 1997, após o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), passam a acontecer nos estados as Conferências Estaduais, a fim de se discutir a educação pública no campo. Após estes encontros estaduais acontece a I Conferência Nacional da Educação do Campo, em julho de 1998, com a participação de vários movimentos sociais, com a discussão acerca do desenvolvimento rural e a Educação do Campo, políticas públicas educacionais para o campo, financiamento e novo projeto de desenvolvimento para o campo.

No Paraná, o I Encontro Estadual aconteceu em junho de 1998, em Curitiba. Os temas centrais debatidos foram a educação enquanto instrumento para garantir a permanência do trabalhador rural no campo e a necessidade de políticas educacionais voltadas às especificidades do campo.

A II Conferência Estadual acontece no município de Porto Barreiro, em novembro de 2000. Essa II Conferência foi extremamente significativa para a Educação do Campo no Estado do Paraná, pois é criada a Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo, reunindo vários Movimentos Sociais e Instituições ligados ao campo e Universidades, com a tarefa comum de implementar as propostas construídas na Conferência e relatadas no documento final, denominado Carta de Porto Barreiro, o qual agregava as discussões de 450 educadores, dirigentes e lideranças de 64 municípios, representando movimentos sociais populares e sindicais, universidades, ONGs e prefeituras.

Esse documento expõe que a maioria das dificuldades para implementação de uma educação de qualidade no campo, resultado das políticas governamentais, que exclui o campo do âmbito de desenvolvimento, não questiona a questão fundiária e ressalta que, diante da ausência de políticas públicas de qualidade aos povos do campo, nascem diversas experiências educativas, particularmente, em cada grupo: indígenas, sem-terra, quilombolas, etc e afirma que o compromisso comum nessas propostas educacionais é a valorização

do desenvolvimento humano e a construção de um projeto popular de desenvolvimento para o país.

Entre os compromissos assumidos pelos participantes, destacam-se o fortalecimento da Articulação Paranaense de Educação do Campo e a promoção de diversas oportunidades de realização de convênios, trabalhos e atividades interinstitucionais para troca de experiências, reflexões teóricas e metodológicas sobre práticas pedagógicas desenvolvidas pelas várias entidades que passam a integrar a Articulação Paranaense.

Esse movimento coletivo fortalece a educação do campo no estado e como consequência do processo de criação da Articulação Estadual e das demandas da II Conferência Estadual, em 2003 é criada a Coordenação de Educação do Campo, na Secretaria Estadual de Educação. Esta coordenação passa a difundir a concepção de Educação do Campo dentro da rede de educação básica e a desenvolver, em parceria com movimentos sociais, experiências de Educação do Campo, como, por exemplo, a oficialização das escolas itinerantes; seminários estaduais de educação; cursos de formação a educadores das escolas do campo; elaboração e publicação de material de apoio pedagógico, e elaboração de diretrizes curriculares estaduais, com o objetivo de orientar o trabalho e a organização pedagógica nas escolas.

Em 2004, a Coordenação de Educação do Campo organiza e realiza, em parceria com universidades, Núcleos Regionais de Educação, Secretarias Municipais de Educação e movimentos do campo o I Seminário de Educação do Campo. Ainda em 2004, numa parceria entre o MST e a UFPR, através da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, são implementados cursos de nível Técnico Profissionalizante em Agroecologia.

Em 2005, acontece o II Seminário Estadual da Educação do Campo, que reúne educadores, diversas entidades e movimentos sociais para debater a política estadual para Educação do Campo e a implementação das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo. Nesse mesmo ano, a coordenação estadual de Educação do Campo realiza o I Simpósio Estadual de Educação do Campo, além de várias reuniões técnicas e cursos de capacitação para educadores das escolas itinerantes.

Destacamos a importância da realização do II Seminário de Educação do Campo, que teve como objetivo a sensibilização dos

gestores públicos para a implementação das Diretrizes Operacionais para a educação básica no campo, além do mapeamento das demandas específicas do Estado do Paraná e dos municípios, bem como a socialização de experiências locais desenvolvidas pelo governo estadual, governos municipais, organizações não governamentais, e movimentos sociais. Esse evento resultou na Carta do Paraná e na instituição de um Comitê Provisório de Educação do Campo do Estado, que teve apoio da Secretaria de Educação e do representante do Ministério da Educação, presentes no evento.

As principais demandas assinaladas na Carta do Paraná relacionam-se à formação de professores, transporte escolar, a construção do projeto político-pedagógicos das escolas do campo, a realização de concurso público específico para as escolas localizadas no campo, inserção da temática do campo nas diretrizes curriculares nacionais de nível superior das áreas de Educação, bem como outros que tenham vínculo direto ou indireto com a realidade do campo, elaboração de material didático-pedagógico voltado às especificidades da Educação do Campo.

Em 2007, a Secretaria de Educação do Paraná cria o Departamento da Diversidade, no qual a Coordenação de Educação do Campo foi integrada seguindo a lógica nacional, com a criação pelo Ministério da Educação da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD), e dentro dessa Secretaria, a Coordenação Nacional de Educação do Campo. Nesse ano, acontece o III Simpósio Estadual de Educação do Campo e cursos de capacitação específicos aos professores das escolas das ilhas, ribeirinhos e escolas itinerantes.

No início do ano de 2009, a Secretaria de Estado da Educação, através do Departamento da Diversidade – Coordenação da Educação do Campo, organiza uma reunião, com a finalidade de organizar o Comitê Estadual da Educação do Campo, que havia sido sinalizado ainda em 2005, visando a criação de um espaço institucional de diálogo, avaliação e planejamento permanente de políticas públicas voltadas à realidade dos sujeitos do campo. No decorrer do ano, realizam-se várias reuniões técnicas para discussão sobre o Comitê, quando este é então constituído, com caráter consultivo.

De acordo com o Regimento de criação do Comitê Estadual da Educação do Campo, integraram o Comitê naquele momento 24 membros titulares e seus respectivos suplentes das entidades

governamentais e não governamentais: O Comitê Estadual da Educação do Campo foi composto pelas seguintes representações da sociedade civil: Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, Articulação Sudoeste por uma Educação do Campo, Associação de Estudos, Orientação e Assessoria Rural (ASSESOAR), Associação das Famílias de Trabalhadores Rurais de Pinhão (AFATRUP), Associação Imbuia Pesquisas (ASSIMP), Associação Regional das Casas Familiar Rurais (ARCAFAR), Centro de Apoio Missionário ao Campesinato (CAMPO), Centro de Desenvolvimento da Juventude Rural (CEDEJOR), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho de Desenvolvimento Territorial Cantuquiriguaçu, Cooperativa Central da Agricultura Familiar Integrada do Paraná (COOPAFI), Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Paranaense (FETAEP), Federação dos Trabalhos na Agricultura na Região Sul (FETRAF/SUL), Fundação para o desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro Oeste do Paraná (RURECO), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST), Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do PR (APP Sindicato), Território da Cidadania Norte Pioneiro, Território Ilha Grande, União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFIS).

As representações governamentais foram assim compostas: União dos Dirigentes Municipais, Conselho Estadual de Educação, Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, Universidade Federal Fronteira Sul, Universidade Federal do Paraná/ Setor Litoral, Universidade Oeste do PR/Campus Cascavel, Universidade Oeste do PR/Campus Foz do Iguaçu, Universidade Estadual de Maringá, Universidade de Ponta Grossa, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual do Paraná/Campus Paranavaí, Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Universidade Estadual do Centro-Oeste/Campus Guarapuava e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Em 2010, acontece o VI Simpósio Estadual da Educação do Campo, no qual reuniram-se, em Faxinal do Céu, 510 educadores, representantes de 31 núcleos regionais de educação, membros da coordenação do campo da SEED, movimentos sociais e organizações populares do campo. Esse evento teve como resultado o documento

intitulado 10 Anos da Carta de Porto Barreiro, que se caracteriza como um importante manifesto da Educação do Campo no Estado do Paraná.

A pesquisa demonstra que esse avanço da Educação do Campo no Paraná deveu-se às parcerias entre sociedade civil organizada e governo, iniciadas na década de 1990 e intensificadas a partir de 2003, com a criação da Coordenação da Educação do Campo, junto à Secretaria Estadual de Educação. Ressaltamos que essa surgiu a partir de reivindicação da Articulação Paranaense de Educação do Campo, criada em 2000, como resultado da II Conferência Estadual da Educação do Campo, contudo, em uma nova conjuntura governamental, a coordenação da Educação do Campo recebe o nome de coordenação escolar da Educação do Campo. Com a imposição da terminologia escolar a partir de 2013, minimizou-se a Educação do Campo à escolarização e à educação rural, retroagindo social e politicamente diante dos avanços educacionais da Educação do Campo, construídos até então no Estado do Paraná.

Para o coordenador do Comitê Estadual da Educação do Campo que colaborou na pesquisa, o Movimento da Educação do Campo no Paraná tem uma trajetória positiva, porque transita por várias dimensões que fortaleceram a perspectiva da Educação do Campo no Estado do Paraná e destaca a construção e definição, nesse período, de um referencial teórico-metodológico, bem como a implementação de políticas públicas de diferentes níveis e modalidades, em diferentes esferas administrativas:

Um dos aspectos mais marcantes nesse processo é reconhecer que houve a demarcação de um território imaterial nas discussões da educação, quanto na ocupação dentro do processo de concepção de políticas públicas e nas publicações que ocorreram. Do ponto de vista estratégico do campo e simbólico, ter sido criada a Coordenação de Educação do Campo dentro da SEED possibilitou que a Educação do Campo tivesse um lugar onde e para onde se direcionariam os processos e resultados de discussões de pautas, para que o Estado, em seu ofício, pudesse acolher em sua agenda, tais encaminhamentos e provocações. (Coordenador Comitê Estadual da Educação do Campo, abril de 2012)

Da mesma forma, para o coordenador estadual do MST e integrante do Comitê, em entrevista concedida em 2012, nesse processo de parceria entre o Movimento de Educação do Campo e o governo, a sociedade civil foi definindo posições, ocuparam-se espaços importantes e o principal foi a demarcação de um projeto de Educação do Campo, inclusive no âmbito legislativo.

Quanto às ações realizadas nesse processo de parceria entre a sociedade civil e governo no Paraná, o coordenador do Comitê da Educação do Campo, em entrevista concedida em abril de 2012, destaca que, em especial, os processos de formação continuada apresentaram limites, pela forma de efetivação e pela rotatividade dos participantes. Relata que foram feitos diferentes momentos, seminários, fóruns e outros espaços de discussão, com diferentes públicos/sujeitos educativos que estavam nos diferentes espaços e funções – desde os professores que estavam nos núcleos Regionais de Educação até Diretores, Pedagogos, Professores que estavam nas escolas. Mas esse processo de formação não foi suficiente para mudar a prática pedagógica, dada a grande rotatividade dos participantes porque não havia uma continuidade das discussões com o mesmo público. As discussões que chegavam nas escolas eram frágeis, superficiais, portanto, não eram substanciais para mudanças de práticas e matrizes pedagógicas.

A análise dos dados permite constatar que essas experiências no estado do Paraná tiveram um papel importante no sentido de demarcação de território enquanto concepção da Educação do Campo, porém, verifica-se uma fragilidade, não de projeto, mas da forma de implementação da política pública de Educação do Campo, em que não alcança efetivamente as escolas públicas. Contudo, ressaltamos que as discussões e ações implementadas em vários âmbitos, fomentou questionamentos acerca da organização pedagógica predominante na rede pública estadual de ensino, e de maneira especial, nas escolas públicas do campo.

O COMITÊ ESTADUAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Em 2010, em uma conjuntura governamental de maior diálogo com a sociedade civil em relação às questões da Educação do Campo, constitui-se no Paraná o Comitê Estadual da Educação do Campo, expressão de parceria entre o governo do Estado do Paraná e a Sociedade civil organizada.

O Comitê caracterizou-se como órgão composto por uma multiplicidade de sujeitos, representantes governamentais, universidades, organizações não governamentais, pastorais sociais, movimentos sociais e sindicato dos trabalhadores rurais, de forma paritária, foi vinculado ao Departamento da Diversidade da Secretaria Estadual de Educação, com caráter consultivo. Compunham o Comitê 13 representantes de instituições governamentais e 13 representantes de Instituições não governamental.

Foi institucionalizado em março de 2010 e segundo seu regimento, com as seguintes funções:

- I. Apoiar experiências não formais e informais de aprendizagem ligadas ao trabalho no e do campo;
- II. Articular ações necessárias à implantação de programas para a Educação do Campo com órgãos públicos, instituições privadas, movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada.
- III. Propor estratégias para garantir a qualidade do ensino, respeito a diversidade, o acesso e a permanência da educação aos povos do campo;
- IV. Estimular a criação de núcleos municipais para acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas no âmbito da Educação do Campo; propor, decidir e acompanhar políticas públicas subsidiando o debate e as questões pertinentes à educação no e do campo.
- V. Sugerir, acompanhar e pautar a ampliação do orçamento e sua aplicação e destinação às ações específicas para a educação do e no campo;
- VI. Realizar o controle social da aplicação e execução das legislações vigentes sobre a Educação do Campo, acionando as autoridades / órgãos competentes, no caso de irregularidades. (Regimento Comitê Estadual de Educação – cap. IV)

O Comitê representou um espaço público contraditório. Constituído por instâncias governamentais e a sociedade civil, seu caráter consultivo e não deliberativo foi determinante nas suas ações. De acordo com o texto expresso na Ata da reunião pró-Comitê datada de 14 de abril de 2009, a SEED não aprovou sua constituição deliberativa porque implicaria em pautar orçamento. O argumento

governamental foi o de que o único órgão deliberativo na estrutura da SEED é o Conselho Estadual de Educação, embora a Coordenação Nacional da Educação do Campo demandasse que a criação dos Comitês nos estados tivesse caráter deliberativo, para poder, de fato, interferir na gestão das políticas, e não apenas propor.

Temos que, esse momento foi decisivo para o Comitê, pois não participar da deliberação orçamentária significou excluir o Comitê da participação efetivamente política, pois sendo deliberativo, o Comitê poderia pautar inclusive formas de materializar um debate sistemático, garantindo recursos do Estado. Contudo, a criação do Comitê foi aprovada com caráter consultivo e institucionalizado em 2010, com o objetivo de ser espaço de diálogos, debates, reflexões, proposições, planejamento, gestão e avaliação das políticas públicas voltadas à Educação do Campo no Paraná.

A multiplicidade de sujeitos coletivos que constituiu o Comitê, traziam diferentes vínculos e perspectivas de educação, reunindo, portanto, a concepção de Educação no Campo, Educação do Campo e Educação para o Campo. Tal como explicitam Caldart (2009) e Frigotto (2010), a educação *para* o campo e *no* campo expressam as concepções e políticas do Estado, tendo a educação enquanto uma extensão de conhecimento e métodos pedagógicos que ignoram a especificidade das relações sociais que caracterizam as experiências dos sujeitos trabalhadores do campo brasileiro. Por outro lado, uma Educação do Campo significa reconhecer a especificidade dos processos produtivos e formadores do ser humano que acontecem no campo, compreender como essa relação foi constituída historicamente, objetivando a superação desta contradição.

Os dados empíricos demonstram um esvaziamento do Comitê já no início de sua institucionalização. Ou seja, a participação dos membros em reuniões restringiu-se a algumas Instituições e Movimentos Sociais, comumente, os mesmos representantes que compunham a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo. Por exemplo, verificamos, em alguns textos enviados por meio eletrônico aos representantes do Comitê, solicitando efetiva participação nas reuniões, como segue:

O comitê estadual da educação do campo, através do Departamento da Diversidade – Coordenação da Educação Escolar do Campo, vem através desta carta

solicitar uma posição deste quanto à participação no Comitê Estadual da Educação do Campo. Este comitê existe desde 2009, nesse período foi construído o Regimento, que já está aprovado e publicado, decidiu-se que o comitê seria paritário, ou seja, 13 cadeiras governamentais e 13 não governamentais. [...] as cadeiras estão distribuídas conforme distribuição do Regimento. Este Comitê solicita que cada organização governamental e não governamental com representante através de carta de indicação se posicione quanto à efetiva participação nas reuniões, pois estamos com um considerável esvaziamento e isso não fortalece o Comitê [...] (Secretária do Comitê Estadual da Educação do Campo)

Também, de acordo com a ata das reuniões do Comitê de que participamos no decorrer de 2011 e 2012, bem como os registros em diário de campo, verificamos a presença nas reuniões das mesmas Instituições vinculadas à sociedade civil e pouca participação das representações governamentais.

Há que se destacar, o fato de que o Comitê por estar vinculado a SEED, era este órgão responsável pelo financiamento do Comitê, portanto, o governo estadual disponibilizava diárias para os integrantes participarem. No ano de 2012, aconteceram apenas duas reuniões porque o valor da diária foi suspenso pela SEED e, com isso, as reuniões foram canceladas, porque inviabilizou o deslocamento dos integrantes.

Observamos que um limitador também das ações efetivas do Comitê deveu-se a constante troca da equipe da Coordenação Estadual da Educação do Campo. Houve mudanças parciais da equipe no ano de 2011, 2012 e uma mudança total em 2013, assumindo pessoas sem conhecimento acerca da trajetória da Educação do Campo no Estado, e especialmente acerca dos objetivos e funções do Comitê.

Esse desconhecimento da equipe da Coordenação acerca do Comitê fica evidente ao se analisar a Ata da reunião do Comitê com data de 13 de setembro de 2013, onde ressalta-se que o Comitê não teve acesso e nem foi consultado nos encaminhamentos feitos pela Coordenação da Educação Escolar do Campo referente a questões da Educação do Campo no Paraná.

Ressaltamos que o Comitê surge com um papel que a Articulação Paranaense não consegue desempenhar, uma vez que o Estado expressa as contradições da sociedade de classes, a sociedade civil a partir do Comitê ocupava um espaço dentro do Estado, e a Articulação Paranaense desempenha seu papel, que é o de pautar e pressionar o Estado de fora.

Lembramos que a estrutura do Estado capitalista é materializada pelo governo. Gramsci (2004, p.261) afirma que a estrutura social e as formas de reprodução do capitalismo conferem limites estruturais para as mudanças no papel do Estado: “não basta mudar o pessoal para que a sua atividade seja orientada em outra direção”. (GRAMSCI, 2004, p.261). Para Gramsci, na relação entre governo e sociedade civil, o espaço é de luta e contradição em função das relações desiguais de poder e a disputa por projetos societários diferentes e é essa relação que expressa-se no Comitê.

Esse aparente consenso na disputa política entre diferentes projetos da sociedade civil e o governo no Paraná pode ser identificado no relato a seguir:

[...] do governo atual, além de ele ter uma leitura contrária a essas discussões mais populares, você assumir um espaço como sendo seu também é uma estratégia de matar o processo, que na verdade da aceitação do vice-governador de dialogar com o comitê lá em 2010, então ele reconhece do ponto de vista simbólico a importância do comitê mas na prática, ter esse espaço também serviu pra matar a proposta do ponto de vista da intencionalidade do Estado que se consegue chegar a uma disputa sim de concepção de projeto e na verdade, aquilo que se configura importante pro governo que na verdade vai reproduzir aquilo que é uma lógica natural daquela contradição que é hegemônica já na sociedade, ele vai obviamente fortalecer a política que não é a que nós discutimos, que não é a que nós defendemos. (Coordenador do Comitê. Outubro de 2013)

Nessa perspectiva, Gramsci (2005) explica que o Estado anula processos de autonomia da classe subalterna, pois ao mesmo tempo

em que suprime algumas formas de autonomia de classe, empenha-se em incorporá-las na atividade estatal e, nesse processo, torna indistintas as diferenças de classe, fortalecendo a subalternidade. Essa maneira de agir do Estado reveste-se de um grande poder desmobilizador, na medida em que bloqueia as iniciativas da sociedade civil na união de interesses e propostas voltados à luta pela superação entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos.

Trazemos aqui a análise expressa pelo representante do MST na reunião da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, realizada em 17 de novembro de 2012, observando a cooptação dos movimentos sociais e as características de um reformismo implementado a partir da ascensão da Educação do Campo junto ao governo no caráter de parceria.

Nos últimos dois anos, o governo teve o tempo para fazer toda uma leitura do campo, agora serão as ações, e a perspectiva é nada a favor do campo. O Estado gera a alteração do nome das escolas, aí há a demanda por formação continuada no âmbito mercadológico e o mercado, as IES particulares é que oferecem os cursos de formação. Ainda em 2011 avaliava-se em reunião que a Articulação não estava organizada o suficiente para realizar uma conferência estadual. Naquela reunião estavam presentes apenas um Movimento Social. A maioria da participação é de IES. E porque não há mais Movimento Social na Articulação hoje? Nesse tempo se perdeu o caráter de enfrentamento. A discussão está a cabo das IES. E o chão da vida? E as questões do campo? Não há qualquer sinal de reforma agrária, e cadê os Movimentos do Campo? A Educação do Campo é além da escola. O financiamento não pode vir do governo. Precisamos rearticular a Educação do Campo no estado e isso daí tem que ser puxado pelos Movimentos Sociais. Qual é a identidade dessa Articulação? Quais as referências conceituais? Quais são as estratégias para fazer o enfrentamento? Onde está a base? Os ilhéus? Os ribeirinhos? A identidade dessa Articulação é agir independente do Estado e realinhar os Movimentos, senão vai se desmantelar novamente e a estratégia imediata é problematizar e articular as bases para reorganizar a Articulação.

(Registro em Diário de Campo - Reunião Técnica da Articulação realizada em 17 de novembro de 2012)

Ressaltamos que a conquista de direitos se dá, efetivamente, pela luta social. A declaração de direitos, não significa que eles sejam efetivamente implementados, pois a noção de direitos sociais, de políticas públicas que correspondam aos interesses da classe trabalhadora historicamente associou-se a lutas sociais.

Nascimento (2009, p. 206), em sua tese de doutorado, afirma que o governo, no Estado capitalista, pode ou não realizar alianças com a sociedade civil, desde que a legitimidade e a supremacia da ação estejam em suas mãos, porque por mais que o Estado se proponha a ser democrático e participativo, ele nunca abarcará o todo da sociedade, pois nela o Estado é um de seus instrumentos. Para o autor, é falsa a concepção de que o Estado é onipresente e, portanto, ele sempre será limitado em seu alcance. Por outro lado, quando “incorpora” as concepções sociais – populares, traz o interesse de cooptação. O Estado então implementa ações e programas “compensatórios” e “paliativos”, que perpetuam a relação de subserviência dos movimentos para com ele; por isso, tem-se a impressão de que a luta pela Educação do Campo e a efetivação de políticas públicas limitam-se à universalização do acesso à educação e à escola.

Acerca desse embate, na avaliação dos sujeitos entrevistados na pesquisa aqui exposta, a Articulação Paranaense da Educação do Campo

[...] desempenha uma força estratégica maior, dada à característica das práticas sociais e das experiências que abarca: a força que a Articulação tem vem das práticas e das experiências, das universidades, ela consegue daí pressionar muito mais do que o comitê, porque daí o comitê traz do Estado, as secretarias, a diferença tá aí. (Coordenador do Setor de Educação do MST)

[...] a Articulação estrategicamente sempre desempenhou um papel mais importante nessa luta. Primeiro porque, de fato, aglutina enquanto forma e conteúdo as necessidades, demandas, anseios do que está, de fato, na base material da existência dos sujeitos sociais

coletivos. Goza de uma certa autonomia em debater, conceber, pautar as instâncias governamentais, apesar das dificuldades, além de subsidiar com uma discussão comprometida os sujeitos sociais no movimento por essa luta de Educação do Campo. [...] o Comitê Estadual da Educação do Campo é uma instância que representa, de forma organizada e formal, a relação entre Estado e Sociedade. É um espaço importante, porque em um Estado burguês que é reflexo e gerente de um projeto de sociedade e desenvolvimento com muitas contradições, ocupar um espaço de debate e construção é importante. [...] na Articulação as reflexões são orientadoras, tanto para a base do movimento pela Educação do Campo quanto para a pauta de políticas públicas, enquanto no Comitê, pode ser um espaço de discussão, encaminhamentos, avaliação de políticas públicas calcado nos dois pilares principais, que é o Estado (Governamental) e os Movimentos Sociais e Organizações Sociais (Não-Governamental). Mas tem a tendência de limitar-se a discussões que prescrevem apenas em âmbito sistêmico do Estado. (Representante do MST no Comitê. Junho de 2012)

A pesquisa mostra que faltou um entendimento acerca do que, de fato, significava o Comitê. Mesmo porque, os representantes da sociedade civil que compunham o Comitê eram os mesmos que faziam parte da Articulação Paranaense, então eram os mesmos sujeitos ocupando espaços diferentes na disputa política.

Tanto o Comitê quanto a Articulação tem o papel de pautar políticas, mas o Comitê estava institucionalizado dentro da SEED, então ele representava um espaço ocupado, que poderia ter sido utilizado para demandar o que a SEED obrigatoriamente teria que responder. Para a Articulação Paranaense, não há esse comprometimento. É um Movimento por fora do Estado, que pode pautar também, mas não consegue acompanhar de forma efetiva o andamento das demandas.

Outra dimensão que a pesquisa apontou é a de que a relação governo e sociedade civil expressa pelo Comitê foi um momento de guerra de posição, de cooptação no qual o Estado incorporou demandas dos Movimentos Sociais, descaracterizando, pulverizando

na essência os princípios da Educação do Campo. Por exemplo, é uma forma de cooptação o fato de se trocar permanentemente, as pessoas dentro da SEED, em especial a equipe da coordenação da Educação do Campo. Quando começam a se apropriar da discussão, passam a ter conhecimento sobre o processo histórico todo, são substituídos. Ainda, o fato de trazer coletivos diversos para a constituição do Comitê constitui uma forma de cooptação, porque impede uma coerência de projeto voltado à Educação do Campo.

Outro fator significativo refere-se à imposição da terminologia escolar na denominação da coordenação da Educação do Campo, que evidenciou a perspectiva da ideologia da educação rural daquela equipe, retroagindo social e politicamente diante dos avanços da Educação do Campo no Estado.

Em novembro de 2011, acontece uma reunião da Articulação Paranaense de Educação do Campo, com o objetivo de uma avaliação das Políticas de Educação do Campo, reestabelecimento de Pauta de Políticas Públicas voltadas à Educação do Campo, análise das ações do Comitê e a organização da III Conferência Estadual da Educação do Campo. A conclusão é a importância de retomar a organização coletiva desde os Movimentos e Instituições Sociais. Desta forma, no decorrer do ano de 2012 organizam-se reuniões, denominadas pré-conferência, com representantes de Instituições com algum vínculo com a Educação do Campo, em várias regiões por todo o Estado, a partir de um planejamento de ações. Dentre as metas propostas nesse planejamento, encontra-se a realização de encontros em cada região no decorrer de 2012, que culminariam em um encontro estadual no ano de 2013.

Em 2013, os membros representantes da sociedade civil retiram-se do Comitê inferindo-se a partir de então a extinção do Comitê Estadual da Educação do Campo. Nesse momento, ocorre uma retomada da Articulação Paranaense de Educação do Campo, abandonando-se o posicionamento mais de diálogo junto ao governo e retoma-se uma postura de embate junto ao Estado.

Molina (2010, p. 111) observa que, nos últimos anos, se percebe um recuo, uma diminuição da pressão por parte dos sujeitos coletivos da Educação do Campo para a conquista das políticas públicas. Concordando com a autora, a luta por políticas públicas significa lutar pela não diminuição do espaço público, pelo acesso aos direitos, pela obrigação do Estado em garanti-los.

A autora observa que a luta por políticas públicas não é o horizonte maior da Educação do Campo, e que a promoção da emancipação, de fato, requererá mudanças estruturais profundas, no âmbito do Estado e da sociedade. Entre os vários desafios a enfrentar, está o de não perder este horizonte maior de transformação estrutural; de superação do modo de produção capitalista e da barbárie social que lhe é inerente, sem se deixar imobilizar no momento presente (MOLINA, 2010, p. 114).

Munarim (2011) também afirma que o Movimento da Educação do Campo nos últimos anos encontra-se em estágio de refluxo no que concerne à sua dimensão política, e argumenta que isso se deve a dois fatores. Um deles refere-se à conjuntura política, quando, a partir de 2003, com a eleição de Lula, ocorre a ocupação de espaços públicos por representantes de movimentos e organizações sociais, incidindo uma transferência de responsabilidade das pautas da Educação do Campo da sociedade civil para o Estado.

Também Frigotto (2011, p. 19-20) afirma que os processos educativos e a construção do conhecimento são organicamente vinculados às relações sociais e que, na sociedade capitalista cindida em classes sociais antagônicas, esses processos são marcados por uma disputa em seu conteúdo, método e forma. Tanto a ciência quanto a educação somente poderão desempenhar seu papel de emancipação humana em sociedades que rompam, pela raiz, a estrutura de classes. Contudo, ressalta que a Educação do Campo pode, no espaço das contradições, construir processos educativos e de conhecimento emancipatórios e portadores de mediações que qualifiquem a práxis da luta contra hegemônica pela superação do projeto societário de capitalismo dependente e das relações sociais capitalistas.

Para Gramsci, as mudanças socioeconômicas simplesmente estabelecem as condições nas quais a transformação se torna possível. O que é crucial no processo de mudança são os ajustamentos nas relações de força a partir do grau de organização política e de confronto, determinados pelo nível de consciência política que a classe trabalhadora consegue implementar.

Nesse mesmo sentido, para Schlesener (1992 p. 19), as iniciativas organizativas e culturais da classe dominada são continuamente rompidas pelos grupos dominantes, de forma que não há um rompimento imediato da subordinação, portanto, qualquer

iniciativa autônoma é de um valor inestimável para o processo histórico integral. Defende que é no âmbito da sociedade civil o espaço de organização política da classe dominada.

Munarim (2011, p. 22) aponta três dimensões do Movimento da Educação do Campo que o caracterizam enquanto luta hegemônica e o colocam na perspectiva de transformação cultural: a dimensão política, com ações voltadas à conquista de políticas públicas pelos sujeitos coletivos que constituem o Movimento; a dimensão pedagógica, com projetos político-pedagógicos inovadores em instituições tradicionais como escolas e Universidades; e sua dimensão epistemológica, na medida em que fomenta nas Universidades práticas de pesquisa, eventos científicos e publicações sobre a Educação do Campo.

Por sua vez, Frigotto (2012, p. 40) destaca que a Educação do Campo traz características de contra hegemonia ao desenvolver processos formativos e pedagógicos que transformem cada trabalhador do campo ou da cidade em sujeitos, com a consciência de classe que lhes indica a necessidade de superar a sociedade de classes, pois "é a formação intelectual e política da classe trabalhadora que modifica o panorama ideológico de um período histórico".

Molina (2010, p. 111) observa que a luta dos trabalhadores rurais para garantir seus direitos, como o direito à educação, ao mesmo tempo em que vai formando os próprios trabalhadores e ampliando sua consciência de direitos, também vai fazendo avançar a visão e compreensão da sociedade sobre estes trabalhadores como sujeitos portadores de direitos. São essas várias lutas que vão também desencadeando as mudanças no próprio imaginário da sociedade, abrindo caminho para novas transformações a serem trilhadas e consolidadas no âmbito da garantia real destes direitos, através da ação do Estado e da execução de políticas públicas.

A Educação do Campo é projeto de uma outra concepção de campo, de sociedade, de relação campo cidade, de educação, de escola. É perspectiva de transformação social e emancipação humana, porque pensa o processo educativo a partir da dimensão formativa do trabalho e do vínculo da educação com processos produtivos, e compreende outro projeto de desenvolvimento social.

Segundo Schlesener (1992), a contradição gerada no mundo da produção se expressa na cultura, no modo como os trabalhadores

vivenciam as concepções de mundo recebidas e assimiladas no seio da sociedade civil. Segundo a autora, há no cotidiano um contraste entre o pensar e o agir, a coexistência de duas concepções de mundo, uma afirmada por palavras e outra manifestando-se na ação efetiva; assim, as ideias e as crenças mais conservadoras convivem com elementos embrionários renovadores que se manifestam na ação, muitas vezes em contradição com os elementos culturais, morais, religiosos, da concepção de mundo dominante.

Quando a conduta é submissa e subordinada, as contradições passam despercebidas, só a organização política e autônoma pode transformá-la em formas de resistência. Formar uma concepção de mundo coerente e unitária significa tomar consciência das contradições vividas no cotidiano, criticá-las e superá-las, unificando teoria e prática. (SCHLESENER, 1992, p. 29-30)

Nesse sentido, a luta por novas relações de hegemonia a partir da Educação do Campo consiste em formação política, criação de mecanismos de direção política e de participação efetiva dos trabalhadores do campo,

Para Caldart (2008, p. 75), a hegemonia da Educação do Campo está em sua característica de denúncia e de resistência, em que “a denúncia não é espera passiva, mas se combina a práticas e propostas concretas do que fazer e de como fazer educação, as políticas públicas, a produção, a organização comunitária e a escola”.

A Educação do Campo é projeção de uma outra concepção de campo, de sociedade, de relação campo cidade, de educação, de escola. É perspectiva de transformação social e emancipação humana desde que mantenha a dimensão formativa do trabalho e do vínculo da educação com processos produtivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação do campo no estado do Paraná teve protagonismo especialmente no período de 2003 a 2010, quando adquiriu

visibilidade ao estabelecer um diálogo com o governo e ocupar espaço no âmbito político a partir da institucionalização da coordenação da Educação do Campo e da criação do Comitê Estadual da Educação do Campo, cujos objetivos traziam um caráter aderente à perspectiva ideológica da classe trabalhadora. Contudo, a pesquisa empírica e a análise da trajetória de constituição, ascensão e extinção do comitê estadual da educação do campo, mostrou que essa parceria governo/movimentos sociais, fez com que esse último perdesse a força política do embate e contribuísse para desarticular a mobilização e a pressão popular.

A pesquisa indica que a crença na possibilidade de mudança a partir da inserção no Estado acarretou a minimização das ações da Articulação Estadual de Educação do Campo e a ineficiência do Comitê Estadual da Educação do Campo. Conclui-se que a Educação do Campo precisa fortalecer o vínculo entre crítica, práticas educativas e enquanto disputa política com as lutas amplas de resistência dos trabalhadores do campo, a fim de manter o embate com o Estado e fortalecer seu projeto contra hegemônico.

RELATIONSHIP BETWEEN GOVERNMENT AND CIVIL SOCIETY IN THE STATE OF PARANÁ: THE COMMITTEE OF COUNTRYSIDE EDUCATION

ABSTRACT

The discussion of this text the relationship between civil society and government in the discussion of country side in the state of Paraná and finally, in the fourth chapter we approach the state committee of countryside education as the materialization of the struggle policy in the sphere of countryside in the state of Paraná. is observed that arising from the collective struggle of organized civil society can build meaningful experiences in the education sector. considering the complexity of the capitalist state, these experiences are as expressive strategies against hegemonic in the class struggle. The theme is the result of research carried out under the education centre project and linked to doctoral thesis in education held by the author in the period 2010 to 2014.

Keywords: Education. Education countryside. Political struggle

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel González. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, Monica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006
- CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.) Educação do Campo: campo políticas públicas. Brasília: INCRA; MDA, 2008.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. In: Trabalho, Educação Saúde, Rio de Janeiro, v.7, n. 1, p. 35-64, mar-jun. 2009.
- DAGNINO, Evelina (Org.). Sociedade e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, p. 11-27, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/bernardo.pdf>.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. et al. Educação do Campo: campo, políticas públicas, educação. Brasília/Incrá/MDA, 2008. 119p.
- FRIGOTO, Gaudêncio. Projeto societário contra hegemônico e Educação do Campo: desafios de conteúdo, método e forma. In: MUNARIM, Antônio; BELTRAME, Sonia; CONTE, Soraya Franzoni; PIXER, Zilma Izabel. (Orgs.). Educação do Campo: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2010
- GRAMSCI Antônio. Escritos Políticos. v. I. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GOHN, Maria da Gloria. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2003 (Coleção Questões da nossa época, v. 84).
- _____. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola / Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- _____. O protagonismo da sociedade civil – movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005 – (Coleção questões da nossa época - v. 123)
- MOLINA, Mônica Castagna. Desafios teóricos e práticos na execução das políticas públicas de Educação do Campo. In: MUNARIM, Antônio; BELTRAME, Sonia; CONTE, Soraya Franzoni; PIXER, Zilma Izabel (Orgs.). Educação do Campo: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2010
- MUNARIM, Antônio. Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31. Caxambu, 2008. (GT 3 - Movimentos Sociais e Educação). Disponível em: <http://www.anped.org.br>
- _____. Educação do Campo e políticas públicas: controvérsias teóricas e

Relação entre governo e sociedade... - *Katia Aparecida Seganfredo*

políticas. In: MUNARIM, A. et al. Educação do Campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas. Florianópolis: Insular, 2011.

_____; LOCKS, Geraldo Augusto. Educação do Campo: contexto e desafios dessa política pública. Olhar de professor Ponta Grossa, v.15, n. 1, p. 83-95, 2012. Disponível em: <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>

NASCIMENTO. Claudemiro Godoy do. Educação do Campo e políticas públicas para além do capital: hegemonias em disputa. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília – Faculdade de Educação, 2009.

PARANA. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Cadernos temáticos: Educação do Campo / Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED-PR, 2005. 72p.

RUMMERT, Sônia. Mundo do Trabalho e os desafios da Educação dos Trabalhadores Urbanos. In: PALUDO, Conceição (Org.). Campo e Cidade em busca de caminhos comuns. Pelotas, UFPELI Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da região do RS. (SIFEDOC), 2014.

SOUZA, Maria Antônia de; ROTTA, Melody Capobianco. Movimentos sociais e governos na definição de políticas públicas da Educação do Campo. In: COSTA, Lúcia Cortes (Org.). Estado e democracia: pluralidade de questões. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008.

Schlesener, Anita Helena. Hegemonia e cultura em Gramsci. Curitiba: Editora da UFPR, 1992.

Recebido em 20/3/2016

Aceito em 2/5/2016